



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 19/09/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto)** – Boa tarde. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 32ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal

Esta audiência tratará da região de Sapopemba.

- Apresentação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto)** – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Ricardo de Melo Jacob.

**O SR. RICARDO DE MELO JACOB** - Primeiramente, quero dar boa tarde a todos. Muito obrigado pela oportunidade. É muito bom discutir esse projeto, principalmente com quem mora na região. Acho que isso é de suma importância. Peço desculpas porque a minha dúvida não é nem tanto de Sapopemba, mas acho que pode ajudar. Eu tenho um imóvel, na Vila Prudente, que está situado entre eixos. Pela lei de ordenamento, no Plano Diretor, zona entre eixos podem ser transformadas em ZEU ou ZEUP. Atualmente está como zona mista, salvo engano. O que acontece? A quadra está ilhada. Em volta há eixos e na quadra ficaram os residenciais. Minha dúvida é como tem sido tratado na revisão? Se na região de Sapopemba há esse tipo de questão e como vocês têm observado esse ponto?

Porque isso é de suma importância senão você perde o conceito do plano que é melhorar a forma de ocupação do bairro e ali a gente está bem travado, então, queria entender mais ou menos como isso tem sido observado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Sr. José Amaro Capoeira, da Associação Estrela do Bairro do Jardim Planalto.

**O SR. JOSÉ AMARO CAPOEIRA** – Boa tarde a todos. Quero agradecer a Câmara Municipal, o Subprefeito Lineu e a vocês todos. Quero fazer uma reivindicação. Lá na nossa área no Jardim Planalto, temos uma reivindicação antiga, desde 2001, encaminhamos isso à Secretaria do Verde, pedindo para que seja feito um parque naquela área e o que acontece é que nesses anos todos ainda não foi feito nada. A gente em mutirão já plantou algumas árvores e de um lado fica o hospital, do outro a Guarda Civil Metropolitana e uma creche. Do outro lado fica a EMEI Armando Sales de Oliveira e a escola Armando Sales de Oliveira. Aquele terreno fica no meio, acumulando lixo e entulho e o pessoal, às vezes, jogam bichos e fica o maior fedor.

Temos essa luta antiga desde 2001, já encaminhamos um ofício dentro da Associação e estamos reiterando novamente o pedido e vamos levar um material e entregar para a Câmara Municipal na segunda-feira, que é um abaixo-assinado e mais um ofício reiterando esse sonho da população.

Tenho certeza de que o bairro vai agradecer se a Prefeitura olhar com carinho aquele espaço porque foi a única área que sobrou para fazer uma área de lazer para a comunidade e o Planeta vai agradecer também porque a gente não tem um espaço para fazer uma área verde naquela região. Só sobrou essa e eu acho que é uma reivindicação justa e a gente vai brigar...

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Só uma pergunta: é aquele fundo de vale?

**O SR. JOSÉ AMARO CAPOEIRA** – Não. É onde tem o Hospital David Capistrano Filho, lá no ponto final do Jardim Planalto, entre a escola Armando Sales de Oliveira e o Posto da Guarda...

P – Você lembra o nome da rua?

R – É Rua Iamacaru com a Hamilton da Cruz e a Quilombolas.

P – Nós vamos dar uma olhada.

Tem a palavra o Sr. Lineu, Subprefeito.

**O SR. LINEU** – Boa tarde a todos. Eu gostaria de parabenizar a todos interessados nesse assunto que é muito importante para o nosso bairro, para a nossa rua e cumprimento o Vereador pelo trabalho da Comissão, que é árduo, cumprimento a Joice também pela explicação técnica. Sapopemba como uma subprefeitura nova é interessante vir essa discussão aqui. Estamos discutindo aqui dentro de Sapopemba. Não precisamos ir para outro lugar discutir Sapopemba, mas estamos dentro do nosso território. Então, esse é um ganho muito importante e sabemos que, a exemplo da Juta, a ocupação ao longo dos anos em Sapopemba foi muito irregular e hoje caminhamos para a regularização. O Plano Diretor vem ao encontro disso. Eu destaco sempre a questão da ocupação nos eixos de transporte que acho que vai ser muito importante e porque vai trazer desenvolvimento para colocarmos a população mais bem distribuída. Em Sapopemba não há muitos prédios, as construções têm no máximo dois andares. Ali na Luiz Ignácio já começa alguma coisa, mas precisamos trazer o desenvolvimento para o bairro todo.

Então os eixos de transporte é um início de um grande ganho para o bairro, e vamos chegar às divisas onde as coisas são mais complicadas e assim regularizarmos o bairro todo.

Gostaria de parabenizar todos que aqui estão, como sociedade civil, e a Câmara Municipal de São Paulo pelo árduo trabalho para melhorar o nosso bairro, melhorar nossa rua e fazer o bairro do jeito que a gente quer para morar.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado Nereu Marcelino, Subprefeito do Sapopemba.

Gostaria de ouvir Albertino Ferreira de Oliveira.

**O SR. ALBERTINO FERREIRA DE OLIVEIRA** – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Sou Paróquia Nossa Senhora da Esperança, ministro da palavra junto à sede da

comunidade e conselheiro participativo.

Em outra plenária que participei entraram na questão do meio ambiente, na ecologia, e o déficit em nosso bairro é muito alto. O Vereador conhece bem a nossa área.

Faço também uma crítica aos piscinões porque se fizessem um projeto de incentivo aos que moram aqui, se cada pessoa construir uma cisterna de dois mil litros em suas casas, não haveria mais enchentes. Para prevenir, há dez anos quando construí minha casa, fiz uma cisterna com cinco mil litros. Fiz na caixa o encanamento da descarga separado, e bombeio a água que uso para a descarga, coloco cloro ou peróxido de hidrogênio, trato a água e dou a descarga. A caixa com água da Sabesp eu uso para consumo normal.

Esses projetos têm de ser incorporados à Prefeitura neste novo século. Estamos no Séc.XXI, não podemos viver o atraso. E há muitos políticos que não vão pra frente. Os piscinões dão muita despesa, afora que na época em que não há despesa, fica aquela sujeira, imundice, juntando tranqueira dentro dos piscinões. Transformem os piscinões em áreas verdes, em parques ecológicos. Queria que isso fosse incorporado ao Plano Diretor.

Outro pedido é na área da Habitação. Ajudamos os grupos do Fátima Esperança e Paróquia Nossa Senhora de Fátima, dois grupos com 300 famílias cadastradas. A gente queria o terreno da Rua Capitão-Mór Pedro de Góis, 170, um terreno totalmente abandonado, só serve para jogar lixo. É no Jardim Primavera, Colorado. E outro terreno, ele ficou abandonado durante 30 anos, na Rua Pedro de Castro Velho. Eu fiz o documento e esse terreno está com a quadra fiscal incorporada ao documento. Que sejam encaminhados para moradia popular, para pessoas de baixa renda, que seja transformado em ZEIs-2. ZEIs-2 era para construção de HIS – Habitação de Interesse Social, onde pode haver construção de quatro vezes a metragem do terreno. Por exemplo, se são mil metros, podemos construir até quatro mil metros de habitação popular.

Também que o Plano Diretor, que o Prefeito possa fazer transporte sobre trilhos, que não seja apenas domínio do Estado. Vamos acabar com isso, só o Estado não consegue

construir. Temos de pensar muito Sapopemba na questão do Transporte. Em Sapopemba não há áreas de acesso. Como transformar uma área industrial em Sapopemba se as nossas ruas são todas estreitas? Mal dá para passar ônibus junto com os carros.

Muito obrigado, e parabéns pelo Plano Diretor. Agradeço muito a presença do pessoal da moradia. Todos querem casa, viu Vereador Gilson Barreto? Vamos levar a sério, Subprefeito, nós vamos cobrar os terrenos que indicamos ao senhor. O senhor vai ficar cansado, a população vai à Subprefeitura.

Obrigado.

(Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra Laura Kamisaki, Jornal Bairro Sapopemba.

- Pausa

**A SRA. LAURA KAMISAKI** – Gilson, não foi por falta de iniciativa. Nós corremos, convidamos, ligamos para as lideranças, tomamos cuidado e chamamos muita gente pra discutir, mas as pessoas não entendem sequer o que é Lei de Zoneamento. E as questões aqui são graves.

As ruas e avenidas em Sapopemba, que margeiam a Avenida Sapopemba, são estreitas e íngremes. Ai há um problema sério com a questão da instalação de comércio ou de indústria de grande porte. As nossas ruas não têm condições de atender, não tem como transitar caminhões. Por exemplo, na rua em que eu moro caíram dois caminhões e eles destruíram oito casas. Então quando há incêndio em Sapopemba, destrói várias casas porque os comércios funcionam de forma irregular e essa situação tem de bem colocada.

Há uma questão referente à Lei dos Impactos de Vizinhança, ela tem de ser considerada para que os próximos comércios ou os que já existem, que se adaptem à lei. Não podemos viver na ansiedade de estar em situação de risco.

Outro aspecto é que há necessidade de implantação de infraestrutura no bairro. O

bairro precisa de investimentos pesados para melhorar o bairro de Sapopemba.

Outra questão é o Parque da Integração, e é uma área delicada, mas está sendo aos poucos ocupada ou por comércio irregular ou por pessoas que começaram a residir, só que é uma bomba. Se você não tomar cuidado, a tubulação está a dez centímetros da grama. Se alguém colocar alguma coisa pesada na tubulação, mata um monte de gente. Já salvei um pessoal da Cohab, do Jardim Dona Sinhá, porque a moça quando assumiu a Secretaria do Verde, disse: vou colocar uma retro em cima da adutora. Falei, se você fizer isso mata todo mundo! Gente, por favor, pare com essa brincadeira. Esse Parque tem que ser preservado, é muito sério. É a água que nós bebemos, que não pode ser tratada do jeito como está sendo tratada. A Secretaria do Verde tem de “implementar”! Se acontecer alguma coisa, não morrer uma pessoa, são milhares. A gente evitou quando estava na Cohab. Há um trecho na Cohab em que foram retiradas as famílias porque se ficassem iam morrer!

Por último, seria a fomentação, vai ser discutida a Rua Aberta. É a semana que vem, na Subprefeitura, às 14h. Temos locais que não servem para implementar a comercialização. Por exemplo, no Parque da Adutora há duas feiras, deve haver consulta popular sobre a abertura de Rua Aberta. Rua Aberta tem que estar coerente com a posição da população local.

Obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o próximo orador o Sr. Djalma Gonçalves. Registro a presença do Sr. Hamilton Francisco dos Santos, ex-Presidente e membro, que está representando o Rotary Clube Sapopemba.

**O SR. DJALMA GONÇALVES GUIRA** – Boa tarde a todos, boa tarde à Câmara Municipal, ao Vereador Gilson Barreto, ao Subprefeito também, a todos os presentes, o meu nome é Djalma Gonçalves Guira, morador da Vila Industrial, sou nascido e criado na região.

Como dizem, a nossa região sofre, há mais de 45 anos, com o problema do Córrego Oratório. Os moradores que vem lá de baixo da Califórnia, da Costa Barros, que vem

pela Vila Rosa, Conjunto São Nicolau, vem pela Vila Industrial, que é o mangue, tem a parte do Jardim Elba e da Ilha também. Ali, se o pessoal der uma olhada, está tudo irregular. Tudo. Deixaram construir tudo o que não deveria naquela região, houve imparcialidade dos órgãos públicos que deixaram tudo ali.

Se o pessoal vir o tamanho dos ratos que entram dentro da casa do pessoal, naquelas palafitas dentro do Córrego Oratório - com as mulheres desempregadas morando dentro do rio, são famílias com crianças -, causando doenças, causando tudo o que há de mal para as pessoas. A nossa região da Vila Industrial está jogada ao léu há muito tempo.

Eu não era da política, me convidaram, concorri no ano passado à vaga de deputado federal. Então já que me colocaram na política, é onde pretendo continuar e defender aquela região. Quero fazer com que pare essa brincadeira da verba para ser feita toda a correção do Córrego Oratório vá pelo ralo e não para onde tem que ir. Essa é a verdade, porque há muita gente com medo de comentar sobre tudo aquilo que se passa lá embaixo.

Vim fazer esse pedido. É a minha primeira explanação perante todos.

Obrigado. Boa tarde. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado.

Tem a palavra a próxima oradora a Sra. Maria da Cruz, da Paróquia Divino Espírito Santo.

**A SRA. MARIA DA CRUZ** – Boa tarde a todos, gostaria de falar apenas sobre a questão do Córrego Afluente J, lá do Promorar, onde sou moradora há muitos anos, sou da Paróquia Divino Espírito Santo e da Comunidade Divino Espírito Santo.

Começaram a canalização do Córrego, só que agora os moradores tomaram conta desse Córrego. Eu gostaria de saber o que vão fazer com os moradores e também sobre o lixo que há no Promorar também.

Era o que eu gostaria de falar.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado.

Estão encerradas as inscrições.

Registro as presenças dos conselheiros do Conselho Participativo Municipal de Sapopemba, coordenadora Fátima Ferraz.

Tem a palavra o próximo orador o Sr. Luiz da Rocha, Fazenda da Juta, em seguida o Sr. Gilberto Pereira da Silva.

**O SR. LUIZ DA ROCHA** – Boa tarde a todos, boa tarde à mesa, gostaria nobre Vereador e Subprefeito, meu amigo Milton que está aqui sentado e os que estão presentes, para primeiro deixar clara a minha indignação, pela má divulgação que foi feita deste evento, porque a gente não conseguiu divulgar nem nas necessidades que a gente tinha.

Na Fazenda da Juta, por exemplo, estamos com um processo de regularização da área da Fazenda da Juta I. Aqui não tem nenhum morador de lá. Gostaria de deixar registrado isso, porque a gente não conseguiu divulgar, realmente.

O meu pedido é que se abra novamente a discussão. Vi que o Parque da Fazenda da Juta está atendido aqui no projeto, mas eu gostaria que desse uma acelerada, porque se não, quando resolverem fazer o Parque, não vai ter nenhuma árvore lá para a gente defender. A ocupação está grande e acelerada. Sei que não é culpa do Município, mas é do Estado. Sei disso tudo.

Se a gente não der uma acelerada nisso, Vereador, quando a gente for lá para fazer o parque, infelizmente, a gente não vai ter mais o que fazer, porque todas as árvores vão acabar. Por ser uma região que deu inúmeros votos ao nobre Vereador, acho que deveria ser olhada com um pouco mais de atenção, porque nós estamos realmente abandonados à própria sorte.

Somos 31.607 moradores da Fazenda da Juta II, precisamos realmente do socorro. Sei que não é por falta de esforço da Subprefeitura de Sapopemba, porque vejo o tanto que eles lutam para defender aquilo, mas é falta de vontade dos órgãos superiores a nós.

Está bom, nobre Vereador?

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado.

Tem a palavra o próximo orador o Sr. Gilberto Pereira da Silva, em seguida o Sr. Alexandre Anselmo.

**O SR. GILBERTO PEREIRA DA SILVA** – Boa tarde a todos, a minha questão seria a verticalização, conforme foi comentado, a respeito do entorno da Anhaia Mello. Hoje nós temos o corredor de ônibus, que já não atende muito à população; temos o monotrilho que provavelmente irá a São Mateus, quando chegar aqui estará superlotado. Se o local onde há seis, sete famílias, foi verticalizado e transformado para 300 famílias, como que isso será atendido?

Vamos ter dois problemas: um que é a faixa de ônibus, acho correto deixar o transporte individual, mas vamos ter esse problema, diminuindo a Anhaia Mello, na Vila Ema, deixando só uma faixa; o outro problema não vai ter como resolver, não vamos ter o monotrilho nem as linhas de ônibus adequadas à população.

Então penso que essa verticalização não seja tão boa para o bairro quanto está na Lei de Zoneamento. Da mesma forma, a parte de esgoto, porque sabemos que está sendo desviada uma galeria na Anhaia Mello, por causa do monotrilho. Essa galeria está sendo compatível com o número de pessoas que a Lei de Zoneamento prevê?

Acredito que teremos três problemas a mais com a Lei de Zoneamento.

Era só isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado.

Tem a palavra o próximo orador o Sr. Alexandre Anselmo.

**O SR. ALEXANDRE ANSELMO** – Boa tarde, agradeço a oportunidade, a minha colocação é referente a algumas áreas que foram colocadas pelos órgãos competentes que a

população exige, porque é um direito nosso. Peço que seja acatada, tratada com carinho, porque são deputados que foram eleitos pela população, colocaram a credibilidade neles.

De certa forma, a gente gostaria, como população, como povo que somos, de certa forma, até achados por diversas situações, que observem com carinho, mesmo, porque é uma população que sofre e acredita na política, por mais que hoje em dia seja detonada pela mídia.

É como o que eu sempre falo, contra fatos, não há argumento. Então é só respeitar algumas áreas que, de repente, são distribuídas para interesse particular, que seja um pouco mais distribuída para a população que, de certa forma, sofre com toda essa situação.

Seria só isso, mesmo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado.

Tem a palavra o próximo orador o Sr. Hamilton Francisco dos Santos.

**O SR. HAMILTON FRANCISCO DOS SANTOS** – Boa tarde a todos, sou morador do bairro de Sapopemba, há mais de 40 anos, nós solicitamos que fosse, através do Vereador, nos apoiado para nomear uma praça dentro do nosso bairro.

Eu gostaria de saber do Vereador, junto com o nosso Subprefeito, como que está o andamento sobre a denominação da placa, com referência a qual foi outorgado pelo Vereador, para o nosso bairro.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Nós vamos verificar, depois eu dou um retorno.

**O SR. HAMILTON FRANCISCO DOS SANTOS** – Está bem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Encerradas as inscrições.

Passarei para a Arquiteta Joyce fazer algumas considerações, a respeito do que foi falado por vocês.

Tudo o que vocês falaram está sendo filmado, gravado, serão emitidas as notas taquigráficas, serão analisados e revistos caso a caso.

**A SRA. JOYCE** – Obrigada.

Vou tentar agrupar um pouco as falas, que foram diversas, algumas mais em relação à moradia, outras em relação ao meio ambiente, transporte. Vou tentar agrupar, me falem se ficou faltando alguma questão.

A primeira colocação, do Ricardo, com relação aos eixos, o Plano Diretor já define, se houver alguma possível revisão nos eixos, no zoneamento, como que ela se daria. Porque se o Plano Diretor deixasse em aberto a possível demarcação, aí seria o todo. Essa revisão mais fina da possível inserção de uma quadra ou outra ela poderia ser feita agora, na revisão do zoneamento sim, mas com critérios muito específicos. Senão abriria uma forma errônea de demarcar os eixos.

—  
- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. JOYCE** – Então precisaria olhar especificamente o caso.

Os técnicos se debruçaram, um detalhe mais específico talvez não tenha o entendimento que fosse naquela quadra, mas a gente poderia ver isso junto com os Vereadores também. É um tipo de refino, é o refinamento.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - O seu caso e mesmo o caso das pessoas que não vieram aqui hoje, que precisarem conversar conosco, Subprefeito, podem nos procurar, assim como qualquer membro da Comissão, nós vamos olhar com carinho, verificar, não tem constrangimento nenhum em olhar para saber se será possível ou não.

**A SRA. JOYCE** – Penso que seria interessante protocolar esses pedidos todos, principalmente os mais específicos. Protocolem para conseguirmos ter mais certeza de onde é.

Já juntando essa questão com a fala do Gilberto, a prioridade do transporte em relação ao adensamento, ela não se dá de maneira isolada, mas se dá pensando onde estão as estratégias da inserção do modelo de onde estão destinadas as áreas de trabalho e moradia

na Cidade, por exemplo.

Para a gente pensar que esse adensamento vai acontecer ali, temos que pensar que a redistribuição do emprego e da moradia têm que acontecer de forma diferente hoje. Ela é muito desigual na Cidade. Junto com essa política de adensamento, tem a Política de fomento ao emprego na periferia, através de inúmeras medidas, tanto urbanísticas quanto fiscais etc., e da moradia no Centro também.

Então isso tudo é para tentar reverter o quadro que hoje é absurdo na região metropolitana como um todo e que gera todo esse fluxo de pessoas. O transporte mesmo já está sobrecarregado etc. Portanto, esse modelo tem de pensar mobilidade junto com essa forma de uso e ocupação. Não podemos ler exclusivamente como :”Ah, estamos priorizando os prédios por acontecerem aqui”, mas não. Estamos tentando mudar o modelo da onde tem o emprego, onde tem a moradia, para tentar incidir sobre isso.

Estamos pensando ainda numa maneira de entender a mobilidade urbana como para além dessas formas, pois ela tem outras formas de acontecer, que nem eu tentei mostrar por outros modos que nós usamos, seja do automóvel, seja da bicicleta, seja desses outros modais também. Precisamos pensar essa trama junto com essas novas formas, seja edifício garagem, seja deixar o edifício uma parte de carro, pego o resto com transporte, vai com uma parte de bicicleta, pega o resto de transporte.

Se não começarmos a pensar esses modos intermodais, vamos continuar tendo esses deslocamentos que não há transporte, não há malha que consiga atender a isso. Por isso, a gente tenta mostrar que o modelo de como nós ocupamos os territórios da Cidade, eles influenciam nesse modelo.

O que não podemos abrir mão é, assim, como eu quero o zoneamento antes? Ele previa que esse adensamento acontecesse, na verdade, a bel prazer do interesse imobiliário, de discutir, por exemplo: “Aqui eu quero que adense”. Se nós pensarmos, vejam, o Jardim Anália Franco é um pouco isso, era uma zona que vinha de uma regra do plano de 70, que

previa um maior adensamento naquele lugar. E aí ele prosseguiu e fez, mas, para quem? Entendem?

Então colocar numa racionalidade pensando com uma série de outros investimentos, você está tentando mudar uma lógica que é a médio e longo prazo. O que precisamos pensar – e eu entendo que, num primeiro momento, é assustador -, é que esse modelo está sendo avaliado como um todo, ele não é essa estratégia específica, mas é um pouco olhar esse todo.

Sobre a questão ambiental, quero colocar para o Padre Albertino, e também em relação a algumas falar sobre o tema. É assim, do modo como ele falou de que ele fez a cisterna na casa dela, a cota ambiental traz a possibilidade de você atender essa pontuação que existe ou pela destinação de áreas para o plantio de áreas verdes, ou mesmo para a criação de reservatórios dentro da construção para ela receber aquela água e, depois, isso ir para o sistema pluvial, até porque o sistema pluvial não suporta essa quantidade de água das chuvas.

Então tentamos colocar essa regra para os grandes empreendimentos, para aqueles acima de 500 metros quadrados. E, daí, essa fórmula, desse empreendimento, calculado, ele tem de, hoje, ter essa cisterna e, depois, o quanto essa cisterna tem de ter tamanho etc. está nessa conta. Isso é um pouco mais técnico, estou só adiantando para o Padre Albertino, não sei se ele ainda está aí. Mas, enfim, é um pouco do que se coloca da cota ambiental no jornal que vocês têm.

Vejam à página 75. Para compor a cota ambiental, você tem uma série de pesos que têm a ver com o tipo de árvores e, daí, se você virar à página seguinte, na 76, é o cálculo do volume da área de preservação que esses empreendimentos têm de ter. (Pausa)

O senhor quer falar? Pode falar. (Pausa)

Então, assim, nós já estamos tentando essa questão que é pedir para os grandes empreendimentos terem esse reservatório, sim. Grandes, eu digo, lotes de 500, e conforme vai

aumentando o tipo de empreendimento, se ele precisa de mais área para isso, são agendas e questões que já estamos inserindo no que cabe ao Zoneamento regular.

Também houve várias falas com relação à presença das áreas verdes, dos parques ou de terrenos vazios, próximos a equipamentos etc. Não cabe ao Zoneamento, agora, prever a destinação, a implantação de um parque ou de um equipamento público. Essa etapa vai ser a etapa seguinte. E gostaria de esclarecer que, enquanto o Poder Executivo de colocar, após a aprovação do Zoneamento, os planos regionais, que também vamos discutir.

Os planos regionais dos bairros vão discutir como é que vão se dar os investimentos públicos na região. Aí sim vai ser o momento de discutir como vai ser a UBS, a regularização de favelas, como vai acontecer esse investimento de forma organizada. Por que? É que hoje são pautas específicas colocadas ou por pressão popular, ou por interesse do Poder Público de dar prioridade a determinados investimentos.

O que estamos tentando, agora, é congrega tudo isso e olhar para o território, pois, às vezes, ele até se sobrepõe como é o caso – como o José Amaro colocou aqui - da presença de uma UBS perto de um terreno baldio, que poderia se uma área de lazer etc. A ideia é de tentar congrega esses investimentos para que sejam articulados e que tragam a transformação para o bairro.

Então o Zoneamento não consegue dispor sobre isso, mas os planos regionais vão discutir isso. Nós já estamos chamando à Subprefeitura para conseguir fazer esse mapeamento. Vai haver o processo público de discussão que vai começar após a revisão de Zoneamento para não confundir as pessoas. Todos nós precisamos que cada um seja no seu momento, afinal, há muita discussão. E, vejam, podemos até discutir tudo, mas, de repente, não conseguimos nos concentrar. Portanto, deve acontecer a partir do ano que vem, quando terminar a aprovação do Zoneamento.

E sobre a questão das ruas estreitas. Entendemos que a revisão de atrelar o uso ao tipo de via foi eliminada da legislação para não impedir a existência dos comércios. Mas ainda

está como uma das regras a largura da via. A largura da via, se você olhar no quadro, ainda é condicionante para implantação dos usos. (Pausa) Sei, é do quadro de usos, só para vocês visualizarem, é o 4 A.

Então, não sei se atende sua questão, mas ainda assim tem, por conta de risco, a largura de via é uma condicionante para instalação dos usos. Depois eu poderia ver até o caso específico de sua região, mas é uma forma ainda de tentar pensar essa questão do risco em relação a determinados usos maiores.

Acho que é um pouco isso. E, sobre a urbanização de favelas, que o Djalma colocou, não sei se a área que ele mencionou está demarcada como ZEIS 1. Queria depois entender, mas até entendo que sim. Mas se tiver alguma área que não estiver demarcada como ZEIS 1, área de assentamento etc., acho que o pleito é agora para se indicar e a Câmara incluir. Está bem. Obrigada e fico à disposição para qualquer dúvida que me couber esclarecer.

Obrigada.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Depois, Laura, no final, será possível conversarmos. Assim que terminar a audiência, a Joyce vai ficar mais um pouco conosco e daí tira as dúvidas de todos, não é? Obrigado, Joyce.

Senhoras e senhores, teremos esse mês ainda: dia 21, das 19h às 22h, audiência em Pinheiros; dia 24, no Ipiranga; dia 26, em Ermelino Matarazzo; dia 26 também, na Penha; e dia 28, na Lapa. Isso sobre o mês de setembro.

A divulgação está feita em vários jornais, até de grande circulação; pela Subprefeitura; também pela comissão; infelizmente, não chega a todos, paciência. Mas, repito, também está no site da Câmara e é um assunto que estamos discutindo ao longo dos anos, não é de um mês ou dois meses para cá. No site da Câmara Municipal, inclusive, a pessoa entra e vê tudo a respeito.

Todas essas questões que ficaram pendentes, podem nos procurar, estamos à

disposição na Câmara Municipal, pois, agora, é responsabilidade da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

E, não havendo mais nada a tratar, encerraremos a presente audiência que é a 32ª audiência pública sobre o tema. Agradecemos a presença de todos e continuamos com vocês, além de que se houver qualquer assunto que desejam comentar em outra audiência pública, mesmo fora do Sapopemba, pode comparecer e se manifestar. Muito obrigado a todos e que Deus os acompanhe até seus lares.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

---